



Literatura e Experiência de Vida: novas abordagens no Ensino de Literatura

Maurício Silva*

Resumo: Este artigo procura analisar questões relacionadas ao ensino de literatura, buscando compreender as metodologias de ensino e os processos de aprendizagem da literatura em sala de aula.

Palavras-chave:

Literatura, Ensino de Literatura, Ambiente Escolar

Abstract: This article analyses some issues from the teaching of literature, and points out some perspectives about the methodologies of literature teaching and learning in the classroom.

Keywords: Literature, Teaching Literature, School Environment

[É importante] discutir uma concepção de leitura que nasce no horizonte de um compromisso político: uma leitura que não apenas ofereça respostas ao homem sobre sua própria realidade, mas que também instigue-o a colocar-se questões e o instrumento na busca de respostas e soluções; uma leitura que desinstale o homem da placidez e da acomodação e ao mesmo tempo seja capaz de torná-lo melhor.

Luzia de Maria

Leitura e Colheita. Livros, Leitura e Formação de Leitores

Quando um bom livro nos toca (...) imediatamente sentimos emudecer o caos cotidiano que trazemos dentro de nós, a cada dia mais elaborado, que nos empobrece e nos faz menos dignos diante dos outros animais. Então, o que fica, muitos anos depois, é a lembrança do prazer que o tal livro nos proporcionou, lembrança esta que jamais poderá ser apagada, mesmo se o conteúdo textual do livro já não tiver mais tão aparente, ou, o que costuma acontecer, já tiver se desintegrado por inteiro na nossa memória.

Nelson de Oliveira

Os Saltitantes Seres da Lua

Ler, analisar, interpretar e julgar um texto literário pode ter os mais diversos sentidos para as sociedades letradas, mas talvez nenhum deles seja tão salutar ao ser humano como a capacidade que a literatura tem de conferir ao homem uma singular experiência ontológica, na medida em que emerge como representação simbólica de sua própria vivência.

Isso não quer dizer que a experiência literária prescindia de uma faceta mais prática.

* Pós-Doutorado em Letras Clássicas e Vernáculas. Professor e coordenador da Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho (UNINOVE).

Ao contrário do que se pode imaginar, a atividade literária pressupõe certo pragmatismo, marcado por uma funcionalidade pedagógica, não exatamente de natureza impessoal, mecanicista e – nos limites do neoliberalismo – mercadológica, mas atuando como suporte da própria educação: faz parte, assim, de um modelo de ensino em que a *educação dos sentidos* torna-se o denominador comum de um sistema que procura equacionar, no plano da imaginação criativa, ética e estética.

1 O sentido da literatura

A literatura tem muitos sentidos, atuando, ao mesmo tempo, como metáfora e metonímia da própria condição humana, na medida em que representa essa condição e é por ela representada. Mas, sobretudo, a literatura tem a capacidade de conferir ao homem aquela experiência ontológica de que acabamos de falar, motivo pelo qual desempenha determinadas *funções* indelevelmente ligadas à atuação do homem na sociedade em que vive, as quais funcionam como fenômeno norteador dessa atuação, quase sempre no intuito de buscar equacionar os desequilíbrios sociais e aprimorar as relações humanas.

Lidar com a literatura é, portanto, uma maneira de compreender melhor e mais a fundo uma espécie de instrumento capaz de desautomatizar nossa percepção do cotidiano, agindo no sentido contrário à padronização de nossa apreensão da realidade; de desenvolver nossa sensibilidade e inteligência, habilitando-as plenamente para uma leitura mais abrangente do mundo; de despertar nossa capacidade de indignação, criando em cada um de nós uma consciência crítica da realidade circundante; de alicerçar nossa conduta ética no trato social, a fim de aperfeiçoar nossas interrelações humanas; e de desenvolver nossa capacidade de compreensão e absorção da atividade estética, a partir de uma prática hermenêutica consistente.

Mas isso tudo só é factível se partirmos, na compreensão do sentido da literatura, da relação entre autor e leitor, elemento propulsor do próprio processo criativo, sem o qual se torna impossível pensar – conceitualmente falando – em literatura. Obedecendo à dinâmica da própria vida, o processo criativo jamais será estático, caracterizando-se antes por uma constante transformação, na medida em que toda obra é, no limite, uma atividade *in progress*.

Criar é transformar: por meio de seus sentidos, o homem capta a realidade objetiva; e por meio de sua capacidade criativa, transforma esta mesma realidade captada num fato subjetivo, imaginário, simbólico e representativo. E com esse ato sublime, porém humano, passa a ocupar um lugar na sociedade. Como disse o moçambicano José Eduardo Agualusa, em seu romance *O Vendedor de Passados*, “a literatura é a maneira que um verdadeiro

mentiroso tem para se fazer aceitar socialmente” (AGUALUSA, 2001, p. 75).

Esse recriar da realidade, que é, em última instância, resultado concreto da atividade literária passa mais pela sensibilidade do que pelo conhecimento, embora não prescindida deste, na medida em que, como afirma Edgar Morin, inteligência, afetividade, curiosidade e paixão caminham sempre juntas, estando, inclusive, na gênese da própria ciência: “o desenvolvimento da inteligência é inseparável do mundo da afetividade, isto é, da curiosidade, da paixão, que, por sua vez, são a mola da pesquisa filosófica ou científica”. (MORIN, 2001, p. 20)

É, contudo, necessário ter sempre em mente que o leitor também participa – ativamente – do processo de criação literária, já que a leitura não deixa de ser uma forma particular de reorganização criativa das idéias do escritor: é por meio do leitor, num processo de recriação da obra, que o texto literário adquire seu *valor estético*, abalizado pela crítica conscienciosa.

Com efeito, um dos fenômenos que mais atuam na capacitação profissional e humana do indivíduo, a leitura tem sido sistematicamente substituída, no mundo contemporâneo, por outras formas de apreensão da realidade, constituindo-se, esse fato, numa irreparável perda para o ser humano, cujas consequências já podem ser verificadas a curto prazo, seja na incapacidade dos estudantes para uma intelecção textual mais profunda ou nas dificuldades de análise e interpretação de dados que os textos apresentam, seja pela incidência de problemas crônicos de alfabetização entre os estudantes ou a falta de habilidade com registros linguísticos, gêneros discursivos etc.

Mas o texto literário requer, antes de tudo, um modo diferente de apreensão e intelecção. Em outros termos, é preciso saber ler o texto literário de modo diferenciado, uma vez que ele apresenta tanto fins práticos quanto estéticos. É por isso que, ler o texto literário requer a manipulação não apenas de uma perspectiva crítica, mas também interpretativa e analítica. Todos esse saberes fazem parte de um universo de conhecimento e aprendizagem que se relaciona diretamente com o *ensino da literatura*.

2 Incentivar a leitura

Hoje em dia, cada vez mais, torna-se imperativa uma política educacional que se fundamente, prioritariamente, no estímulo à leitura, em especial na leitura de literatura, sobretudo por ser ela um gênero discursivo que, de modo mais abrangente, trata não apenas da infinita variabilidade linguística, mas também da representação estética de um imensurável

universo cognitivo. Por isso, para Regina Zilberman e Ezequiel Silva,

[...] compete hoje ao ensino da literatura não mais a transmissão de um patrimônio já constituído e consagrado, mas a responsabilidade pela formação do leitor. A execução dessa tarefa depende de se conceber a leitura não como o resultado satisfatório do processo de alfabetização e decodificação de matéria escrita, mas como atividade propiciadora de uma experiência única com o texto literário.

(ZILBERMAN, 2008, p. 23)

Particularmente no âmbito do Ensino Fundamental, uma política de incentivo e promoção da leitura deve, antes de mais nada, levar em consideração os mediadores que, atuando juntamente com outras instâncias institucionais, deverão agir como principal canal de veiculação, para os alunos, do texto escrito. Daí a necessidade mais imediata de se formar agentes capacitados justamente a desempenhar esse papel de mediador entre o texto e seu leitor, realizando o que se pode chamar de *letramento literário*, que tem na *leitura* seu mais eficaz ponto de partida.

A leitura, considerada no seu sentido *lato*, contribui substancialmente para o desenvolvimento da cidadania, resultando num amplo processo de inclusão social e afirmação identitária. Daí a necessidade de sua promoção de forma orgânica e sistemática, por meio da qual se confere ao cidadão maior competência profissional e inserção social. A rigor, o que um projeto intensivo de letramento literário propõe é a articulação de competências e habilidades individuais, com o propósito de equacionar, de modo positivo, as várias distorções presentes na sociedade brasileira. Dessa forma, incentivar a leitura, por meio da formação de mediadores capacitados, representa não apenas uma maneira de democratizar o saber, mas também de utilizar esse conhecimento em benefício da sociedade como um todo.

É nesse sentido abrangente de uma prática voltada para a reconfiguração de uma sociedade tradicionalmente excludente, como tem sido a brasileira, que a leitura adquire plena importância no contexto social contemporâneo, atuando de forma efetiva na eliminação dos percalços que entavam a aplicação de uma política educacional inclusiva.

Uma pedagogia voltada para o incentivo e a promoção da leitura, deve, desse modo, preocupar-se também com a construção de um imaginário assentado no amplo universo composto por instituições e práticas relacionadas à leitura, universo esse que leve em conta desde o papel desempenhado pela escola e pelos professores, como também por outros promotores do livro, como as editoras, os escritores, os veículos de comunicação etc. Cria-se, assim, uma rede de elementos interagentes, capazes de alargar o alcance da leitura e fazer dela o elemento central nesse processo de renovação da educação, a partir da prática de desenvolvimento do letramento literário. E a sala de aula, num sentido abrangente, sem ser o

único, é o espaço por excelência onde se começa a exercitar essa prática:

[...] é só quando o aluno percebe que existe um ambiente de liberdade e respeito naquele local de trabalho [na sala de aula] que ele pode perceber o texto literário como um produto cultural com o qual interage de forma significativa. A formação de um ambiente de trabalho que possibilite a intervenção dos alunos na aula e no próprio texto literário é responsabilidade do professor.

(NORONHA, s.d., p. 19)

Desenvolver a competência discursiva do aluno; criar condições de aprendizagem e de socialização a partir do contato direto com a literatura e seus diversos promotores; oferecer ao leitor uma gama variada de possibilidades de interação com os agentes institucionais de ensino; desenvolver a capacidade plena de comunicação escrita, estimulando o conhecimento de culturas variadas, a partir do contato com o mundo imaginário da literatura; valorizar a recente produção literária infanto-juvenil, resgatando a consciência integradora das manifestações interculturais; enfim, considerar a literatura como área articuladora de aspectos diversos do conhecimento, promovendo a interdisciplinaridade, são alguns dos propósitos que uma política de promoção da leitura consciente e socialmente responsável deve buscar atingir.

Isso não se faz sem um planejamento amplo, que envolve, como sugerimos, vários agentes de produção, promoção e veiculação da literatura. Incentivar o hábito de leitura e promover o texto literário como centro integrador de conhecimentos diversos, adquiridos no contato direto com o livro e seu autor, torna-se, assim, uma maneira de reconfigurar a prática da leitura, a partir do conceito nuclear, aqui aludido, de letramento literário: utilizando como ponto de partida a produção literária infanto-juvenil, o letramento literário atua como instrumento de desenvolvimento da leitura na escola, possibilitando a interação entre autor, texto e leitor e, ainda, atuando no sentido de viabilizar a inserção da literatura infanto-juvenil no processo de alfabetização da criança. Desse modo, o letramento literário acaba por ampliar as possibilidades do emprego da escrita no processo de alfabetização da criança, desenvolvendo sua capacidade crítica diante da sociedade na qual ela se insere e mostrando-se, igualmente, propício ao desenvolvimento psicofísico e linguístico da criança. Partindo dos pressupostos pedagógicos expostos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), uma ação político-educacional voltada para o letramento literário busca também refletir acerca da atuação do educador no processo de formação do aluno, destacando o papel que as obras de literatura infanto-juvenil desempenham junto aos vários aspectos formativos da criança e do jovem (emotivo, psíquico, biológico, social etc.).

Desse modo, obtém-se, de forma mais eficaz, como resultado imediato dessa política, maior intimidade com o texto literário, primeiro passo para que se possa desenvolver no leitor

em formação o tão debatido gosto pela leitura; por extensão, alcança-se também, como resultado desse processo, habilidade na manipulação de um instrumental adequado à análise e à interpretação da obra literária, desenvolvendo no leitor uma competência crítica.

O contato com os autores dos livros lidos e trabalhados no ambiente escolar revela-se, enfim, um diferencial capaz de tornar a experiência da leitura uma realidade mais viva e mais próxima da criança e do jovem, tornando o livro parte de sua vivência cotidiana.

De maneira prática, podem-se elencar como formas necessárias à promoção da leitura, a partir da concepção ampla de letramento literário, as seguintes ações: a) capacitar os educadores em geral e particularmente os mediadores de leitura; b) valorizar socialmente o livro e auxiliar na criação de um imaginário radicado na leitura; c) incentivar o contato com o texto de literatura e com seus diversos agentes e promotores; d) formar leitores competentes e críticos e incentivar o desenvolvimento de habilidades relacionadas à escrita; e) fomentar o contato com os textos de literatura infanto-juvenil e seus autores; f) apoiar secretarias, organizações sociais, gestores educacionais e professores no trabalho de incentivo e difusão da leitura de literatura; g) aumentar o acervo permanente das bibliotecas escolares.

São, no fundo, ações relativamente simples, que não demandam um investimento muito alto, mas cujo resultado, no que compete ao incentivo à leitura – em especial à leitura literária –, é extremamente positivo.

3 O ensino da literatura

Falamos em *leitura literária*: aí se situa, a nosso ver, a principal fonte de incentivo à leitura e um dos mais importantes instrumentos de divulgação do aprendizado, de desenvolvimento de uma consciência crítica, de expansão do conhecimento e de valorização da cultura. Considerando que a literatura trabalha no limite da linguagem – destacando suas ambigüidades, suas representações, seus simbolismos, suas figurações etc. –, pode-se também afirmar, sem incorrer em erro, que a leitura literária vem a ser um dos principais instrumentos de desenvolvimento da competência linguística do falante. Como afirma Marisa Lajolo, ao tratar da relação entre literatura e linguagem,

[...] o que se chama de literatura leva ao extremo a ambigüidade da linguagem: ao mesmo tempo que cola o homem às coisas, diminuindo o espaço entre o nome e o objeto nomeado, também exprime a artificialidade dessa relação. O que ocorre diferentemente em diferentes momentos, com diferentes tipos de texto e para diferentes tipos de pessoas.

(LAJOLO, 2001, p. 36)

Com efeito, como sugere a autora, além de trabalhar aspectos relacionados à

linguagem, a leitura literária torna-se, por meio do emprego de recursos linguísticos apurados, um espaço de resistência contra toda sorte de dogmatismos e estereótipos sociais e culturais. É a própria Lajolo quem completa seu raciocínio em outro texto sobre o assunto:

[...] é exatamente como espaço de resistência, como libertação de dogmatismos, que a presença dos textos pode ser fecunda numa prática escolar que não se queira autoritária. E para isso torna-se fundamental que o professor não dilua a ambigüidade e abertura do texto na obrigatoriedade de certas atitudes a serem manifestadas a propósito dele, texto.

(LAJOLO, 1988, p. 54)

Como vimos ressaltando desde o início, para se chegar a semelhante resultados, é imprescindível uma política educacional que procure equacional, em última instância, incentivo à leitura e valorização da literatura. Isso, evidentemente, só se alcança com atitudes práticas, de natureza pedagógica, mas também atitudes que tenham um sentido *cultural*, na acepção mais ampla da palavra. Ler, nesse contexto, afirma-se como uma das atividades culturais mais eficazes, além de tornar mais sólidos nossos conhecimentos relativos à cultura local e/ou universal.

Por isso, acreditamos que a atividade escolar deva, por meio da leitura literária, promover a educação do leitor com vista ao alargamento de seus limites culturais e sociais, o que acentua a responsabilidade do professor diante do aluno, no sentido de incentivá-lo e capacitá-lo para uma leitura mais ativa e competente. Entra aí também uma boa dose de *liberdade* criativa e crítica que, tendo se desenvolvido na escola, alia-se à bagagem vivencial que o aluno traz do ambiente doméstico e social. Como diz Letícia Malard,

[...] a educação do leitor de literatura não pode ser, em vista da polissemia que é própria do discurso literário, impositiva e meramente formal. Como os sentidos literários são múltiplos, o ensino não pode destacar um conjunto deles como meta a ser alcançada pelos alunos. Por outro lado, informar a esses de técnicas ou períodos literários não resultará em alargamento dos limites culturais que orientam as práticas significativas deles, senão num estágio bem mais adiantado de sua formação. Antes de formalizar o estudo dos textos por essas vias, é preciso vivenciar muitas obras para que estas venham a preencher os esquemas conceituais.

(MALARD, 1985, p. 75)

Uma educação literária abrangente passa, ainda, necessariamente, pela formação do tão prolapado *gosto literário*, a que nos referimos no início. De fato, este é um dos temas mais delicados quando se discute literatura, sobretudo no ambiente escolar, em que a leitura de ficção pressupõe, antes de mais nada, programas disciplinares, escolha de obras e autores, modos de leitura e métodos de avaliação. Num contexto tão complexo como esse, a simples escolha de um texto, para leitura dos alunos, torna-se uma tarefa das mais árduas, além de polêmica.

Mas cumpre ter sempre em mente que trabalhar a literatura na escola é, antes de mais

nada, estabelecer critérios de avaliação crítica do texto literário, algo que é aprendido no contato direto com a leitura no ambiente escolar e deve ser exercitado constantemente. O professor deve ser, por isso, o mediador da relação aluno/literatura, apresentando os possíveis critérios e estratégias de análise e interpretação do texto literário, a partir dos quais o aluno poderá fazer suas próprias escolhas e apresentar sua própria leitura crítica do texto. Daí a importância, como ressaltamos, do estabelecimento de critérios previamente definidos, indispensáveis ao exercício de julgamento da obra literária:

[é necessário] que se abra mão da tarefa de julgar e hierarquizar o conjunto dos textos empregando um único critério e se passe a compreender cada obra dentro do sistema de valores em que foi criada (...) O que parece adequado (...) é avaliar *todas* as composições segundo os critérios pertinentes à criação erudita. Abandonando esta forma de agir, ficará claro que não há livros bons ou ruins para todos, pois nem todos compartilham dos mesmos critérios de avaliação.

(ABREU, 2006, p. 110)

O trabalho com a literatura pressupõe, assim, uma atividade mais ampla, que ultrapassa os limites da própria literatura (discurso estético) e alcança um sentido amplo de *leitura do mundo*. Em suma a leitura, compreendida na sua integridade, deve ser capaz – como sugere a primeira epígrafe desse ensaio – de levar o ser humano a intervir, de um modo definitivo, na sociedade em que está inserido.

4 Conclusão

Logicamente, não devemos ser ingênuos quando falamos no papel desempenhado pelo professor no trabalho de incentivo da leitura literária. Há, é verdade, muitos mitos e expectativas em torno da atividade docente. Mas o trabalho com a literatura em sala de aula e fora dela é uma tarefa possível e factível: leitura, análise, interpretação, incentivo à escrita ficcional, formação de mediadores de leitura, enfim há um universo ligado ao ensino de literatura que pode ser explorado.

Considerando que o texto literário destaca-se, entre os outros textos diversos, por permitir maior reflexão do ser humano sobre sua própria condição, buscando respostas aos seus questionamentos, a experiência com a leitura literária acaba por ser uma das mais ricas e promissoras atividades culturais, uma vez que, como afirma Luzia de Maria,

[o texto literário é] o espaço por excelência da pluralidade de vozes, do diálogo e da reflexão, o que sem dúvida assegura a ele uma posição privilegiada entre os demais, favorecendo o encontro com respostas e questionamentos que dizem respeito ao homem enquanto ser sensível, pensante, histórico e social.

(MARIA, 2002, p. 51)

Daí a necessidade de promover o que aqui chamamos, desde o início, de letramento literário, conceito fundamental na discussão contemporânea acerca do ensino de literatura. Em termos gerais e resumindo parte do que aqui ficou dito anteriormente, o letramento literário consiste num amplo processo de leitura, análise, interpretação e avaliação do texto literário, dando a ele um sentido maior que um simples gênero discursivo, dando a ele um sentido que o vincula à nossa própria vida.

Como disse com propriedade Rildo Cosson, num estudo exclusivamente destinado ao letramento literário e suas implicações da vida do professor e do estudante,

ser leitor de literatura na escola é mais do que fruir um livro de ficção ou se deliciar com as palavras exatas da poesia. É também posicionar-se diante da obra literária, identificando e questionando protocolos de leitura, afirmando ou retificando valores culturais, elaborando e expandindo sentidos. Esse aprendizado crítico da leitura literária (...) não se faz sem o encontro pessoal com o texto enquanto princípio de toda experiência estética.

(COSSON, 2006, p. 120)

A literatura, nesse sentido, torna-se – a um só tempo – experiência mítica e real, plano essencial da memória coletiva, em que cada um de nós se reconhece por inteiro. Espaço das incertezas, da liberdade, da não-razão presente no cotidiano de todos ou no íntimo de cada um, a literatura é ainda vivência pedagógica, projeto primário de *educação dos sentidos*... É nessa acepção que literatura e educação – esta última, também espaço de liberdade – se encontram, e se entrecruzam, no interesse comum de *formar, informar* e, numa conotação plena de valores positivos, *de-formar* o cidadão, pois se trata de “deformá”-lo para uma participação ativa na sociedade.

Todorov, num dos livros mais confessionais que escreveu sobre sua relação com a literatura, dizia:

[...] a literatura pode muito. Ela pode nos estender a mão quando estamos deprimidos, nos tornar ainda mais próximos dos outros seres humanos que nos cercam, nos fazer compreender melhor o mundo e nos ajudar a viver. Não que ela seja, antes de tudo, uma técnica de cuidados para com a alma; porém, revelação do mundo, ela pode também, em seu percurso, nos transformar a cada um de nós a partir de dentro.

(TODOROV, 2009, p. 76)

Eis aí uma realidade que todos aqueles que estão, direta ou indiretamente, ligados à literatura e suas infinitas possibilidades de trabalho no ambiente escolar devem ter sempre em mente.

Referências

- AGUALUSA, José Eduardo. *O Vendedor de Passados*. Rio de Janeiro, Gryphus, 2001, p. 75.
- MORIN, Edgar. *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*. São Paulo / Brasília, Cortez / UNESCO, 2001, p. 20.
- ZILBERMAN, Regina e SILVA, Ezequiel Theodoro da. *Literatura e Pedagogia. Ponto & Contraponto*. São Paulo/Campinas, Global/ALB, 2008, p. 23.
- NORONHA, Diana Maria. “Escola e Literatura: O Real e O Possível”. In: ZILBERMAN, Regina (org). *O Ensino de Literatura no Segundo Grau*. Campinas, Cadernos da ALB, s.d., p. 19.
- LAJOLO, Marisa. *Literatura: Leitores e Leitura*. São Paulo, Moderna, 2001, p. 36.
- LAJOLO, Marisa. “O texto não é pretexto”. In: ZILBERMAN, Regina (org.). *Leitura em Crise na Escola: As Alternativas do Professor*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988, p. 54.
- MALARD, Letícia. *Ensino e Literatura no 2º Grau. Problemas e Perspectivas*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985, p. 75.
- ABREU, Márcia. *Cultura Letrada. Literatura e Leitura*. São Paulo, Unesp, 2006, p. 110.
- MARIA, Luzia de. *Leitura e Colheita. Livros, Leitura e Formação de Leitores*, Petrópolis, Vozes, 2002, p. 51.
- COSSON, Rildo. *Letramento Literário. Teoria e Prática*. São Paulo, Contexto, 2006, p. 120.
- TODOROV, Tzvetan. *A Literatura em Perigo*. Rio de Janeiro, Difel, 2009, p. 76.